TL 4333

VIVA A RESISTÊNCIA DO POVO DE TIMOR-LESTE

edição do cida-c

A ILHA E O SEU POVO

GEOGRAFIA E POPULAÇÃO

Situada a sul do equador, a ilha de Timor tem a área total de 30.000 km2. A área oriental, que pertenceu ao império português tem aproximadamente 18.899 km2, com o enclave de Oecussi na parte norte de Timor indonésio, a ilha de Ataúro e a ilha de Jacó.

O solo da ilha é muito montanhoso, principalmente a costa norte. A costa sul é mais plana e com vários deltas. De clima tropical, podem-se distinguir duas estações do ano, uma seca que vai de Maio a Novembro e uma chuvosa que vai de Dezembro a Abril, altura em que está sob influência da monção vinda de nordeste e há grandes chuvas torrenciais, o que torna algumas áreas, especialmente do interior das montanhas, completamente inacessíveis.

Tem cerca de 650.000 habitantes de várias origens - chinesa, europeia, árabe e timor. A maior parte dos timores são animistas, havendo no entanto cerca de 200.000 católicos.

Grande parte da população alimenta-se com uma refeição diária constituída exclusivamente por arroz ou milho cozido. É costume mastigar-se uma folha ligeiramente estupefaciente, a "masga", a qual se encarrega de fazer esquecer a fome.

As casas são de palapa, feitas com arte. As aldeias são constituídas por casas isoladas, por vezes espalhadas pelas encostas dos montes.

Geopoliticamente, Timor encontra-se asfixiado entre as neo-colónias asiáticas, dominadas pela aliança imperialista niponico-americana. Plantado no meio da ASEAN, bloco formado pela Tailândia, Malásia, Filipinas, Indonésia Austrália e Nova Zelândia, que concertaram uma acção global contra todos os movimentos progressistas existentes nesses países, sób o pretexto de qualquer um desses movimentos pôr em perigo a estabilidade dos vários países do bloco, Timor tem permanentemente a sua liberdade ameaçada.

NOTA HISTORICA

Consta que a primeira vez que Portugal tomou contacto com Timor foi entre 1512 e 1520, quando fazia as suas viagens entre Malaca e as Molucas. Mas

só nos fins do ano de 1600 um grupo de padres dominicanos, actuando sob a alçada da coroa portuguesa, se estabeleceu em Timor. Com a vinda dos holandeses, em 1613, começou uma prolongada guerra pelo controle do comércio da madeira de sândalo, a qual só terminou em 1904, com a assinatura do acordo luso-holandês.

Em 1651 os holandeses tomaram Kupang, n extremo ocidental de Timor e progressivamente expandiram-se para a outra metade da ilha, no decorrer do século seguinte.

A coroa portuguesa estava pouco interessada em manter um controle efectivo da ilha, e deixou nas mãos dos missionários dominicanos, a defesa das suas posições e a consequente oposição aos holandeses.

Só em 1702 é que Portugal assumiu a administração de Timor, designando um governador que estava sob a alçada do vice-rei de Goa e que se estabeleceu em Lifau, na costa norte da parte ocidental da ilha, onde é agora o enclave de Oecussi.

Em 1769, temendo um ataque dos holandeses, os portugueses mudaram a capital para Dili. 90 anos mais tarde, Portugal assinou um tratado com os Países Baixos, abandonando formalmente as duas ilhas de Solor e Flores, o que na prática tinha já feito há oito anos, e estabelecendo a fronteira entre o Timor português e o Timor holandês.

Em 1896 Timor, que até então tinha sido governado juntamente com Macau, desde 1844, tornou-se uma colónia autónoma.

Em 1910 uma grande revolta contra os portugueses, a revolta de Manu-Fahi, dirigida por um liurai, Dom Boaventura, opôs naturais timores e portugueses, conseguindo os "revoltosos" estabelecer um governo no interior da ilha durante 18 meses.

Dom Boaventura foi o inspirador dos jovens militantes da FRETILIN, que têm seguido o seu exemplo para demonstrar que a união do povo é uma questão fundamental.

A revolta foi esmagada quando chegaram a Timor dois barcos de guerra vindos de Moçambique e Lisboa, em Agosto de 1912. Mais de 3.000 timores foram mortos, e 4.000 feitos prisioneiros.

Apesar das várias dificuldades em conquistar a ilha, os portugueses conseguiram desenvolver uma sólida administração, através do apoio dos liurais, os quais, sendo privilegiados por diversas formas, se tornavam fanaticamente pro-portugueses, usando inclusivamente a bandeira portuguesa nos rituais animistas.

À medida que os anos passavam, Portugal foi desenvolvendo uma nova elite de administradores que gradualmente foram substituindo os liurais. Esta nova elite surgiu das necessidades do colonialismo português e dos privilégios dados aos filhos dos liurais. Eram assimilados que haviam rejeitado a sua própria cultura em favor da portuguesa.

Este período foi de estagnação, embora houvesse um aumento dos administradores portugueses. No entanto, em 1928 havia apenas 200 civis e 300 soldados portugueses. Muitos dos deportados para Timor por razões políticas estiveram também à frente de postos administrativos.

A Segunda Grande Guerra chegou a afectar Timor e a dominação portuguesa, apesar de Portugal ter uma posição neutral no conflito. Os japoneses invadiram Timor, após os australianos e holandeses terem tomado conta da ilha, vindos de Timor ocidental, sendo Timor cenário de grandes combates. A ocupação japonesa foi muito violenta, tendo havido uma resistência heroica da população de Timor (calcula-se que morreram cerca de 40.000 pessoas).

Terminada a Guerra, a reconstrução do Timor português procedeu-se muito lentamente. Em 1951 a ilha tornou-se uma "provincia ultramarina", fazendo parte integrante do Estado Português.

Um ano mais tarde, com a promulgação da Lei Orgânica do Ultramar, o território passou a ser formalmente designado por "Região Autónoma da República Portuguesa", dotada de uma Assembleia Legislativa eleita corporativamente, embora o poder real continuasse em Lisboa.

Em 1959, uma revolta planeada na região de Viqueque foi abortada antes mesmo de começar. A acção foi liderada em parte por militares indonésios refugiados, que tentaram usar Timor Leste como base de apoio para os ataques contra a Indonésia de Sukarno.

Na segunda metade dos anos 60 os portugueses, aprendendo à custa da sua experiência em África, começaram a preparar uma terceira elite, que possibilitasse a abertura desta colónia aos investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo que se preparavam as infraestruturas necessárias. No fim de 1965 havia apenas 3 engenheiros, 3 médicos, 2 psicólogos, 2 formados em ciências políticas e 3 regentes agrícolas. A formação desta elite foi [illegible] afectada pela queda do fascismo em Portugal.

A ECONOMIA

Relativamente à economia, o país é extremamente atrasado, resultado de uma politica de desinteresse por parte do governo português. A sua economia

baseia-se na agricultura. Além de café e copra, que se produziam e exportavam, tem boas condições para produzir arroz e açúcar. O café correspondia a cerca de 80% das exportações do país. Além disso, o mar é muito rico, abundando todo o tipo de peixes e crustáceos.

A indústria é praticamente inexistente e a exploração das riquezas minerais tem-se reduzido à dos poços de petroleo na costa, embora se saiba que o solo é muito rico, pensando-se que existe, além do petroleo, ouro, cobre e manganésio.

Até 1974 apenas quatro companhias, todas com sede na Austrália, estavam empenhadas na exploração de petroleo. No entanto, em Janeiro de 1974, o governo português concedeu à "Oceanic Exploration Company" dos Estados Unidos uma licença para a sua exploração.

As relações comerciais de Timor foram sempre mais intensas com os países da área do que com Portugal, ao contrário do que sucedeu com as outras ex-colónias.

O comércio nos centros urbanos está integralmente nas mãos dos chineses, excepto o pequeno comércio de mercado e de rua.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Neste aspecto as semelhanças com as ilhas próximas, como a Nova Guiné, são grandes, isto é, propriedade e exploração de terra por grupos ou tribos. No entanto, há que referir uma diferença essencial que reside na existência, em Timor, do régulo ou liurai (chefe hereditário de uma população ou de um suco - conjunto de povoações). Os régulos ou liurais foram durante séculos, após a sua "pacificação" instrumento precioso para o poder colonial, que seguindo a política de "dividir para reinar" alimentava o tribalismo. Por outro lado, os régulos serviam para contrariar qualquer tentativa ou revolta que se levantasse na sua tribo.

A EDUCAÇÃO

Para uma melhor compreensão do que foi a colonização portuguesa de Timor convirá referir que no campo educacional menos de 10% da população sabia ler. Havia apenas um liceu em Dili. Em 1974 menos de 10 timores tinham formação universitária. O grau de analfabetismo rondava os 90% a 95% da população, da qual cerca de 90% fala o tetum, além da sua língua materna. (existem cerca de 40 dislectos). Cerca de 10% a 20% dos timores percebe o português.

Por volta dos anos 60 como parte da sua política em relação às colónias, e sob o impacto da acção dos movimentos de libertação em África, o governo português criou várias escolas primárias, um liceu e uma escola técnica em Dili, e ainda um seminário fora desta cidade.

Destas escolas saíam jovens timores que paralelamente a receberem alguma formação, estavam sujeitos à doutrinação fascista.

Os que atingiam um elevado grau de conhecimentos podiam vir (se os pais fossem bem colocados e portanto com possibilidades financeiras de os manter caso o governo português não concedesse bolsas de estudo) para Lisboa, onde continuavam os seus estudos. Ao regressarem deparavam no entanto com grandes dificuldades em arranjar trabalho ajustado à sua formação.

A SAÚDE

Sem contar com os médicos militares, havia apenas um médico para 300.000 habitantes. A colónia estava dividida em delegacias, as quais eram praticamente só dirigidas por enfermeiros, que desempenhavam um papel que normalmente cabe aos médicos. No entanto, se algo corresse mal, o enfermeiro era chamado à responsabilidade por ter ultrapassado a sua competência.

A vida média anda à volta dos 30 anos; sendo a tuberculose, o paludismo, o tifo, a subnutrição, das doenças mais vulgares. Timor é ainda dos países com taxa de mortalidade infantil mais elevada.

O 25 DE ABRIL EM TIMOR

REFLEXOS IMEDIATOS

A notícia de que tinha havido um golpe em Portugal para derrubar o regime de Marcelo Caetano provocou de imediato grande alegria na população de Timor e nos soldados que aí cumpriam o serviço militar. Paralelamente, nos meios governamentais e no seio da burguesia local (pessoal administrativo, comerciantes chineses, proprietários e régulos) causou grande apreensão, havendo no início a esperança de que o 25 de Abril tivesse o mesmo destino que o primeiro levantamento de capitães em 16 de Março de 74. Assim, o governador, Alves Aldeia, tenta impedir, embora sem qualqer sucesso, que a notícia seja divulgada.

Os trabalhadores do porto de Dili entraram em greve reivindicando melhores salários, alcançando uma grande vitória. Os estudantes abriram um longo período de reflexão sobre o futuro do seu país. Camponeses afastaram muitos dos chefes de povoação e suco que tinham abertamente colaborado com o colonialismo português. No espaço de poucos meses os três maiores partidos - FRETILIN; UDT e APODETI - começam a tomar corpo.

Em Timor vivia-se com alguns anos de atraso em relação a Portugal. Assim, por exemplo, ainda em Abril 74 se mantinham nas paredes das repartições públicas a fotografia de Salazar, e a reforma do ensino de Veiga Simão ainda não tinha ainda chegado em Novembro 74.

O culto pela bandeira (funcionava pode-se dizer como um símbolo religioso) e o respeito pelas "sagradas instituições" do velho regime mantinham o povo atrofiado. No campo militar reinava a disciplina absoluta.

Ao governador Aldeia, que apesar das suas ligações com o antigo regime, se manteve como governador da colónia por mais três meses, seguiu-se o coronel Nívio Herdade,(governador interino de transição) ferrenho spinolista que se manteve até à chegada do coronel Lemos Pires, em 18 de Novembro 74.

Com Níveo Herdade a situação pouco mudou. No entanto, a nível militar foi-se desenvolvendo um clima de mal-estar, sobretudo entre os soldados e comandos, chegando estes a forçar o então governador a fazer algumas cedências, no aspecto de haver maiores liberdades e a possibilidade de os militares se organizarem, reunirem, etc.

O mal-estar resultou do facto de eles saberem, ora através de cartas dos seus familiarse, através da rádio ou através da vinda de novas tropas que a vida nos quartéis na metrópole havia mudado radicalmente.

O M.F.A. EM TIMOR

Pouco antes da chegada de Lemos Pires iniciou-se uma activa movimentação dos milicianos, movimentação esta que foi aproveitada pela nova equipa governamental, tendo sido eleita uma comissão de quatro milicianos para os assuntos políticos.

Pouco mais tarde, em reunião geral de oficiais milicianos, foi eleita uma comissão para tratar da descolonização e para defender vários interesses dos milicianos.

Também a nível de soldados e sargentos se iniciam movimentações que se traduzem na formação de várias comissões.

Em Dezembro inicia-se o processo de constituição do M.F.A. em Timor. Criaram-se as CEBES (Comissões de Bem-Estar) com soldados, sargentos e oficiais eleitos eplos militares das várias unidades.

Estas Comissões de Bem-Estar vieram por sua vez, eleger a Comissão Coordenadora do MFA em Timor (2 Janeiro 75).

A formação do MFA veio retirar importância às múltiplas comissões que anteriormente se haviam formado. No entanto, manteve-se a Comissão dos quatro milicianos para os assuntos políticos.

Ainda no campo militar cabe referir o papel dos sargentos naturais de Timor que, com a redução dos efectivos portugueses de 900 para 450 homens em 20 Janeiro 75 (1), viram o seu peso reforçado a nível das Forças Armadas. Ciosos dos seus privilégios (recebiam altos salários) os sargentos naturais de Timor foram na sua maioria defensores acérrimos da continuação da ligação de Timor a Portugal e daí terem apoiado, na sua maioria, a UDT.

Aquando da sua chegada em Novembro 75, o coronel Lemos Pires tentou formar um conselho de governo com a participação dos três maiores partidos. No entanto, a APODETI recusou-se a participar, alegando que só negociava com a Indonésia. Mais tarde, também a FRETILIN se recusou a participar na base de que alguns membros do conselho tinham tido ligações com o anterior regime.

O APARECIMENTO DOS PARTIDOS POLITICOS

Pouco tempo após o 25 de Abril surgiram três partidos em Timor, cada um defendendo uma alternativa diferente quanto ao futuro do país: a UDT (União Democrática de Timor) que defendia a continuação da presença portuguesa, a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente) que defendia a independência total após um período relativamente curto de transição, e a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor) que defendia a integração na Indonésia.

Vejamos como surgem cada um destes partidos.

---

(1) Esta redução foi possivelmente com o objectivo de satisfazer os indonésios, por um lado, e de reduzir as despesas do governo português, por outro. Esta redução veio diminuir as possibilidades de actuação do governo português na descolonização, dando maior relevo aos sargentos.

APODETI

Tendo origem na revolta de 1959 contra a Indonésia de Sukarno, este partido surgiu em 1974 em Timor Leste favorecendo a integração no regime militar fascista indonésio. Regime este que tomou o poder em 1965, após ter massacrado mais de um milhão de pessoas e que actualmente tem mais de 100.000 presos políticos espalhados por vários campos de concentração.

Sem ideologia definida, e tendo apenas como objectivo a integração na Indonésia, foi durante todo o processo incapaz de mobilizar a opinião pública a dar-lhe o seu apoio, sendo no entanto tratado como o maior partido pela vizinha Indonésia.

Os dirigentes da APODETI foram sempre incapazes de ganhar a confiança da população, a qual os olhou sempre como sendo um grupo de políticos oportunistas, que tinham a esperança de ganhar para si boas posições, ao alinharem na "real politique" da área, favorecendo assim a integração.

Este objectivo foi sempre defendido com base na convicção do partido de que Timor era economicamente inviável e politicamente pouco desenvolvido para se aguentar sozinho no mundo. Foi também utilizado o argumento da mesma descendência étnica e cultural dos timores de ambas as partes da ilha.

O presidente da APODETI, Arnaldo dos Reis Araújo, esteve em tempos preso pelo governo português, acusado de ter colaborado com os japoneses durante a Segunda Guerra, o que foi formalmente reconhecido pela APODETI.

Outro dirigente da APODETI, Guilherme Gonçalves, régulo de Atsabe, foi o responsável por uma das acções organizadas pelo seu partido e o consul indonésio com a intenção de criar um clima de insegurança e medo na população que justificasse a intervenção da Indonésia para restabelecer a ordem. Organizou concretamente uma "fuga" de 150 dos seus súbditos para a Indonésia, os quais disseram fugir do caos em que Timor Leste havia caído.

Ao longo de todo o tempo a APODETI nunca deixou de fazer ameaças. Desde atacar os outros partidos e por fim exclusivamente a FRETILIN, nunca deixaram de referir a sua enorme"força", o apoio que tinha da Indonésia, cujo exército, além de bem equipado, estaria ao seu serviço, e de aproveitar os seus programas de radio para assustar as populações apregoando que reinava o caos, o desemprego, a miséria e a fome, enquanto que na Indonésia tudo era prosperidade, ordem, progresso e democracia.

UDT

Temendo as possíveis mudanças que surgiriam e que podiam pôr em causa os seus privilégios, um grupo de pessoal administrativo formou a UDT, União Democratica Timorense, a qual tinha como objectivo principal a manutenção do status quo no território.

Os fundadores do UDT eram naturais de Timor que tinham sido privilegiados pelas autoridades portuguesas, sendo alguns deles ex-membros da Acção Nacional Popular. O próprio presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz, director de "A Voz de Timor", o único jornal existente na ilha, foi membro da ANP, tendo também representado Timor, juntamente com Costa Mouzinho, (vice-presidente da UDT e antigo governador de Dili) na Assembleia Nacional em Lisboa, durante o regime de Marcelo Caetano.

Domingos de Oliveira, secretário-geral da UDT, era um conhecido homem de negócios, com importantes interesses na exploração do café.

Os simpatizantes mais próximos da UDT eram os funcionários mais bem colocados, alguns régulos, comerciantes de origem chinesa, a comunidade portuguesa local e a maioria dos sargentos timores que serviam no exército colonial.

A política educacional do governo português encorajou a formação de uma pequena elite de naturais que é culturalmente portuguesa, os assimilados. Os fundadores da UDT encontram-se dentro deste grupo, que no fundo se pode considerar como a "burguesia" local.

Logo após o 25 de Abril a UDT defendeu, não a independência, mas a integração de Timor numa federação dos estados de língua portuguesa, com fortes laços culturais e comerciais com Portugal. Esta tese foi inspirada, pode dizer-se, no livro de Spinola "Portugal e o Futuro", vindo a ser abandonada por causa da evolução dos acontecimentos em Portugal (queda de Spinola) e em Timor (apoio cada vez maior à FRETILIN).

Assim, passado algum tempo, a UDT começou a defender a independência, mas apenas "após um período de 15 a 20 anos", vindo no entanto este perído a ser progressivamente reduzido, até aos 3 a 5 anos.

Uma característica importante da actuação da UDT foi a sua incapacidade de defender uma linha política coerente, o que a levou a cair em numerosas contradições durante todo o processo.

A UDT foi no seu início o partido mais forte, e com mais influência a nível da população. Não pela sua acção política junto do povo, mas antes pe-

la pressão social que os seus membros (régulos, comerciantes, funcionários, etc.) exerciam sobre as pessoas. No entanto, a UDT não conseguiu segurar os seus simpatizantes e evitar que estes viessem a dar o seu apoio à FRETILIN, a qual em princípios de 1975 era já considerado o maior partido.

FRETILIN

Ao contrário da UDT, a FRETILIN, tem a sua origem em grupos que já antes do 25 de Abril se preocupavam em discutir o futuro do seu país, os efeitos do colonialismo português e o atraso económico do território.

Assim, logo após a queda do regime de Marcelo Caetano, estes grupos criam a ASDT - Associação Social-Democratica de Timor, com José Ramos Horta como secretário-geral.

A greve dos trabalhadores do porto, a primeira na história de Timor Leste, deve-se ao trabalho da ASDT.

A 22 de Maio 74 a ASDT publica o seu primeiro manifesto político, reclamando a independência, o fim do colonialismo, a sua participação no governo, o fim da discriminação racial e da corrupção e a cooperação fraternal com os países vizinhos.

Em Setembro 74 a ASDT decide transformar-se em partido, passando a denominar-se "Frente Revolucionária de Timor Leste Independente" - FRETILIN, na intenção de aumentar a sua representatividade e de abarcar todas as forças progressistas.

A FRETILIN, inicialmente olhada como "subversiva", foi a pouco e pouco adquirindo maior vigor e audiência popular, tornando-se em pouco tempo o partido mais representativo e mais dinámico.

O amplo apoio que a FRETILIN obteve rapidamente entre vastas camadas da população deve-se à correcção das alternativas que apresentava e, ao mesmo tempo, às iniciativas que levava a cabo.

Assim, a FRETILIN realizou uma ampla campanha de alfabetização, que chegou às zonas interiores de Timor. Foram criadas, no espaço de um ano, mais de 200 escolas, muitas vezes construídas pelas populações mobilizadas pela FRETILIN.

Simultaneamente a FRETILIN desenvolveu uma acção importante no sentido de o povo timor adquirir uma consciência nacional. Assim lançou um programa de ensino da lingua do povo timor, o tetum, que havia sido banida das escolas.

Desenvolveu-se o orgulho de ser timor, o amor à cultura nativa e o respeito pelos valores nacionais.

Estas acções enquadram-se num vasto plano de reestruturação do ensino que a FRETILIN se propôs levar a cabo.

Para tal contava com o apoio entusiasta da juventude estudantil organizada na UNETIM (União dos Estudantes de Timor) que teve um papel preponderante nas campanhas de alfabetização, deslocando-se para as zonas do interior, onde trabalhavam juntamente com os camponeses e alfabetizavam,

Também no campo da assistência médico-sanitária a FRETILIN teve iniciativas importantes. Criou vários postos sanitários e organizou alguns cursos de primeiros socorros e prevenção de doenças. Em poucos meses formaram-se mais de 100 elementos, que se constituiram em equipes que, apoiadas por pessoal médico, desenvolveram importante acção nas zonas afastadas do interior da ilha.

A FRETILIN iniciou também um programa de criação de cooperativas agrícolas e a Reforma Agrária, o que veio mostrar aos camponeses que a FRETILIN estava realmente interessada em criar as bases de uma nova sociedade, e que as suas promessas não eram falsas.

A FRETILIN deu também os primeiros passos para a libertação da mulher. Foi criada a Organização Popular das Mulheres de Timor (OPMT), que veio mostrar às mulheres timores que estas tinham um papel fundamental a desempenhar na luta pela independência.

A OPMT participou também na organização dos postos sanitários e na preparação das mulheres encarregadas de cuidar das crianças. Além disto, participou na reorganização do sistema educacional e na formação de novos professores.

As mulheres participam ainda na luta de resistência, combatendo ao lado dos homens na frente de batalha.

Apesar de ter cometido alguns erros, devido essencialmente à sua inexperiência política, a muitos dos seus quadros serem muito jovens, recém-chegados de Lisboa e por conseguinte estarem um pouco afastados da realidade, a FRETILIN conseguiu mostrar ao povo de Timor Leste que havia outro caminho a percorrer além do da eterna exploração e miséria.

Durante os primeiros meses da sua existência conseguiu chamar a si mais de 80.000 simpatizantes. Nas eleições para os chefes de povoação, organizadas pelos portugueses em Junho de 75, 90% dos novos chefes eleitos eram afec-

tos à FRETILIN. O que constituiu uma prova flagrante da força e acolhimento que rapidamente obteve junto da população.

No seu programa a FRETILIN defende ainda, no plano interno: a eliminação gradual das relações coloniais, a Reforma Agrária exigindo que as grandes propriedades que não estivessem cultivadas fossem expropriadas e transformadas em cooperativas. No plano externo: uma política de não-alinhamento e de boa vizinhança com os países da área.

Concluimos assim que a FRETILIN era ó único partido que tinha uma linha política definida e que foi capaz de a levar à prática consequentemente, o que se traduziu na sua capacidade de mobilizar o povo em todas as situações: eleições para as autarquias locais, luta contra o golpe da UDT, organização dos camponeses, denúncia da política ambígua do governo português e resistência contra a invasão indonésia.

PTT e KOTA

Nos fins de 1974 surgem duas novas organizações políticas: o Partido Trabalhista de Timor (PTT) e a Klibur Oan Timor Aswain (KOTA), o partido monárquico de Timor. Ambos preconizavam o status quo. A KOTA, que tinha ligações com o PPM português previa a eleição rotativa de um rei, eleito entre os régulos, formando os restantes um conselho régio.

A COLIGAÇÃO UDT-FRETILIN

O rápido crescimento da FRETILIN veio assustar os dirigentes da UDT. Assim, a ala moderada da UDT, através de Domingos Oliveira, seu secretário-geral, conseguiu levar a UDT a formar uma coligação com a FRETILIN, contra o perigo latente da invasão indonésia.

A coligação formou-se em Janeiro 75, tendo um programa muito semelhante ao da FRETILIN.

Ao contrário do que a UDT esperava, esta coligação só veio favorecer um maior crescimento da FRETILIN. Assim, logo em Abril os dirigentes da UDT estudavam a forma de romper com a coligação, virando-se para a Indonésia, para as forças australianas mais reaccionárias e para a APODETI.

Em fins de Janeiro 75 a FRETILIN e a UDT, as quais já tinham chegada a um acordo sobre a independência, anunciam a formação de uma coligação, emitindo um comunicado conjunto, criticando a APODETI por defender a integração na Indonésia e pedindo o reatar de negociações com o governo português,

a fim de se preparar um governo de transição que levasse à independência de Timor Leste.

A formação desta coligação veio aumentar a apreensão e pressões da Indonésia. Adam Malik, ministro dos negócios estrangeiros da Indonésia, declarou em Jakarta, em Dezembro 74, que para Timor só havia duas opções - a integração na Indonésia ou a continuação da soberania portuguesa. Uma terceira opção seria inviável.

Durante os primeiros meses de 1975 a Indonésia fez tudo por criar um clima de insegurança em Timor Leste, usando como principal meio transmissões de rádio, as quais eram ouvidas em Timor.

Ao mesmo tempo, uma estação de rádio perto de Kupang iniciou a emissão regular de programas dirigidos exclusivamente para Timor Leste. Diziam nesses programas que "grupos esquerdistas" tinham tomado o poder e que as autoridades do território tinham dado licença à FRETILIN para adquirir armamento.

O general Ali Murtopo declarou a um jornal de Jakarta que a independência não era possível, pois Timor não tinha, quer politica, quer economicamente, possibilidades de se manter sozinho, passando a estar aberto à influência dos países socialistas, o que seria um grave perigo para a estabilidade da zona.

Nesta altura a Indonésia começou a reforçar a fronteira com o envio, em grande escala, de tropas, o que provocou da parte do governo australiano declarações de preocupação em relação ao futuro de Timor Leste.

No princípio de Março o Conselho de Segurança da Indonésia anunciou que tudo estava normal na zona fronteiriça com Timor Leste, sabe-se no entanto que na altura estava em preparação a construção de uma estrada que ligaria Kupang (a capital de Timor Ocidental) com a fronteira, o que já fazia parte dos preparativos para a invasão.

Em meados de Março a crise diminuiu, como resultado da visita a Jakarta do governador português em Timor e dos dirigentes da UDT e da FRETILIN.

A Indonésia, que tinha apostado na APODETI, vendo que com o desenrolar do processo esta estava completamente desacreditada e não tinha qualquer apoio popular, passou a jogar na UDT, a qual estava a atravessar um duro período, causado pelo apoio crescente e massivo à FRETILIN.

Em Maio 75, a UDT quebrou a coligação. Em Junho os dirigentes da UDT deslocam-se novamente a Jakarta, onde terão garantido ao governo indonésio que estavam agora abertos à integração.

Incapazes de ganhar o apoio ao seu programa, os dirigentes da UDT perceberam que a única forma de manterem os seus privilégios era desistirem da causa da independência, favorecerem a integração e tornarem-se os representantes locais do poder indonésio. O que não era difícil depois de terem já servido os portugueses. Na realidade, se durante vários meses defenderam o direito à independência (Setembro 74-Abril75), foi por verem o desejo profundo do povo que queria ser independente.

Durante os meses de Junho a Agosto 75 os dirigentes da UDT deslocaram-se várias vezes à Austrália e à Indonésia, onde estudaram o plano de um golpe para destruir a FRETILIN.

Há a referir um aspecto importante para a compreensão do processo de Timor: em Maio 75 o governo português apresenta aos dirigentes dos três principais partidos políticos um programa de descolonização baseado no princípio do reconhecimento, por Portugal, do direito do povo timor à independência, elegendo em Outubro 75 um governo de transição e uma assembleia consultiva, eleita pelas autoridades locais, as quais decidiriam do método de eleição de uma assembleia constituinte.

Assim, a 7 de Maio começaram as conversações em Dili entre o governo português representado pelo Major Vítor Alves e a UDT-FRETILIN. Visto a APODETI ter recusado participar, estas foram adiadas para Junho. Pouco depois a coligação UDT-FRETILIN foi rompida, alegando a UDT que alguns dos oficiais do MFA em Timor apoiavam a FRETILIN e a FRETILIN alegando que os dirigentes da UDT, e mais concretamente o seu vice-presidente César Mouzinho, tinham assegurado apoio clandestino da Indonésia em troca de futura influência dos generais de Jakarta nos assuntos internos de Timor Leste.

A CONFERÊNCIA DE MACAU

Quando a 26 de Junho se realiza a Conferência de Macau com o fim de elaborar um programa de descolonização, estavam apenas presentes os representantes da UDT e da APODETI, tendo a FRETILIN decidido boicotar as conversações em parte devido à inclusão da APODETI, a qual era considerada pela FRETILIN como um grupo não representativo e inimigo da independência.

Para a FRETILIN, nessa conferência ia ser negociado o direito do povo de Timor Leste à independência, e de acordo com o programa da FRETILIN e com a Carta das Nações Unidas, o direito à independência não pode ser negociado visto ser um direito.

Como conclusão da conferência de Macau decidiu-se a promulgação pelo governo português, em Julho, de uma lei constitucional 7/75 que apontava para a formação de um governo de transição, que preparasse as eleições de uma assembleia popular em Outubro de 1976.

O governo de transição deveria ser composto por um Alto Comissário designado por Portugal, mais cinco membros, dois representantes do governo português e os outros três escolhidos pelos partidos políticos mais representativos.

A lei previa ainda a criação de um orgão de apoio ao governo composto por dois membros eleitos em cada concelho regional e quatro membros designados por cada partido político.

A assembleia popular, a ser eleita por sufrágio directo, secreto e universal, deveria ser responsável por determinar o futuro statu do território.

A soberania de Portugal terminaria em Outubro de 1978, a não ser que outro acordo fosse celebrado neste período.

A posição da FRETILIN face aos resultados da conferência foi a de continuar a exigir como condição prévia a qualquer acordo a declaração, por parte do governo português, da sua intenção de reconhecer a independência total de Timor Leste. Recusou-se ainda a apontar os seus representantes para o governo de transição, e intensificou a sua actividade nas zonas interiores, preparando-se para as eleições de Outubro 76.

Entretanto, Francisco Lopes da Cruz, declarou em Jakarta que estaria de acordo com a integração de Timor Leste na Indonésia, caso isso correspondesse ao desejo do povo. Admitiu ainda a possibilidade de cooperação entre a UDT e a APODETI, afirmando que já estavam a ser feitos contactos para tal. A 6 de Agosto 75 o presidente da UDT, Lopes da Cruz, declarou em Kupang, depois de ter travado conversações com o governador de Timor indonésio: "nós somos realistas. Se quisermos ser independentes, temos que nos orientar pela linha política da Indonésia. Doutro modo seremos independentes apenas algumas semanas".

O GOLPE DA UDT

O crescente apoio à FRETILIN suscitou o receio junto das forças reaccionárias de Timor Leste e junto do regime fascista da Indonésia.

Depois da visita dos dirigentes da UDT à Austrália, à Indonésia, a Taiwan, e a Hong-Kong, a UDT, na noite de 10 para 11 de Agosto, apoiada pelos elementos mais reaccionários da administração portuguesa, desencadeia um golpe. Até ao último momento a FRETILIN tentou persuadir as autoridades portuguesas a intervirem, tomando as medidas necessárias para evitar o golpe. No entanto os seus apelos não obtiveram qualquer resposta. Perante isto, na noite de 10 de Agosto o Comité Central da FRETILIN recolhe às montanhas.

A UDT começou por assaltar as instalações da polícia nas duas principais cidades, Dili e Baucau, tomando conta em seguida da estação de rádio e do aeroporto. Seguiram-se buscas a casa dos dirigentes da FRETILIN e o assassinato de famílias inteiras de simpatizantes deste partido. Face a estes acontecimentos, a posição do governador português, coronel Lemos Pires, foi de total passividade, tendo-se recusado a ordenar às tropas portuguesas que desarmassem a UDT e obrigando as tropas pró-FRETILIN a manterem-se nas unidades.

A UDT apresenta um ultimatum às autoridades portuguesas, exigindo a independência imediata e a prisão de todos os dirigentes da FRETILIN. Os seus ataques continuam, tendo cercado o quartel general e posteriormente entrado em conversações com as autoridades portuguesas.

No início a UDT não definia correctamente a sua posição, solicitando apenas a não interferência dos militares.

A acção da UDT concretizou-se através de:

- tomada do porto, aeroporto e radio
- tomada do Palácio das Repartições
- tomada do depósito de água e central eléctrica
- controle de ruas e estradas de acesso ao Quartel General
- utilização do emissor do aeroporto para as suas emissões

Entretanto sabe-se que o território foi sobrevoado por um avião indonésio. Na costa foram localizadas duas vedetas indonésias e três australianas.

No dia 11 a UDT apresenta ao governo português um ultimatum de seis pontos, exigindo:

- dissolução imediata da FRETILIN
- afastamento de alguns militares portugueses
- medidas drásticas contra rebeldes e reaccionários
- afastamento das pessoas com ideologia comunista
- transmissão do poder à UDT, ficando um Alto Comissário
- constituição de um exército timorense

Ao longo destes primeiros dias a UDT ameaçou ainda pedir intervenção estrangeira para eliminar os comunistas, ameaçando inclusive que tudo seria bombardeado se as suas exigências não fossem satisfeitas, declinando todas as responsabilidades pelo que viesse a suceder ao governo português.

O governo português rejeita o ultimatum e pediu que se realizassem conversações entre a UDT e a FRETILIN.

Esta, por seu lado, fez chegar ao governo português uma série de condições sem as quais não entraria em conversações, sendo algumas:

- a retirada da UDT dos locais que ocupa como sede
- o seu desarmamento
- que a UDT pare com as manifestações provocatórias e assassinas
- que as praças naturais de Timor dos quarteis da guarnição de Dili sejam devidamente armadas e passem a controlar a cidade, por inepcia da PSP
- que sejam reabertas as comunicações com o exterior e garantido o seu uso a todos os partidos, inclusive à FRETILIN
- libertação imediata de todos os elementos da FRETILIN presos pela UDT e garantia da sua integridade física.

A APODETI, por seu lado, diz concordar com o processo utilizado pela UDT e no dia 12 emite um comunicado no qual declara que "a Indonésia não deixará de proteger o povo de Timor português que quer a integração".

No dia 13 começaram os conflitos em Dili e Baucau, tendo a UDT conseguido controlar estes centros urbanos, não tendo a administração portuguesa conseguido intervir aparentemente devido às dúvidas àcerca da lealdade das tropas timores.

Pouco tempo depois o exército português desintegra-se. Os soldados timores desertaram em grande parte, levando consigo as armas e indo juntar-se aos partidos envolvidos no conflito, principalmente à FRETILIN, a qual , como era sabido, tinha a simpatia da maioria das praças.

Em 15 de Agosto o Comité Central da FRETILIN apela para a resistência armada em todo o território nacional. Tropas pró-FRETILIN, comandadas por Rogério Lobato, conseguiram tomar o quartel general e o depósito de munições em Dili.

A guerra civil atingiu um dos pontos mais quentes em fins de Agosto e princípios de Setembro, com as forças da UDT a serem progressivamente derrotadas pela FRETILIN. Um mês após o golpe a situação estava totalmente invertida. Em meados de Setembro a FRETILIN já havia reconquistado Dili e Baucau

e controlava a maior parte do território. A UDT e a APODETI estavam derrotadas, os seus dirigentes presos ou fugidos para a Austrália e Indonésia. Entretanto o governador e militares portugueses retiraram-se em 29 de Agosto para a ilha de Ataúro.

Nos fins de Setembro a FRETILIN controlava todo o território de Timor Leste, com excepção do enclave de Oecussi e da ilha de Ataúro.

Segundo o ACFOA - Australian Council for Overseas Aid - morreram nesta guerra civil entre 2.000 e 3.000 pessoas e muitas centenas refugiaram-se em Timor indonésio com medo da guerra.

Após este período, a FRETILIN cedeu quanto à sua exigência inicial de imediata independência e declara que apoiava a formação de um governo provisório em 1976 e a realização de eleições para a assembleia popular, ao que se seguiria a independência.

Entretanto, nos fins de Setembro, a UDT, a KOTA e o Partido Trabalhista anunciam a formação de uma coligação em Timor indonésio, chamada Movimento Anti-Comunista (MAC).

A UDT declara agora que apoia a integração e que havia solicitado à Indonésia que interferisse militarmente para pôr fim à crise.

A SITUAÇÃO MILITAR A PARTIR DE MEADOS DE SETEMBRO

Pouco depois da guerra civil ter terminado, começaram os conflitos na zona fronteiriça entre as forças de Timor Leste e a Indonésia. Estes ataques aumentaram a partir de meados de Outubro, quando se deram violentos recontros em Batugadé, tendo barcos de guerra e artilharia pesada bombardeado a localidade. A seguir foram atacadas Balibó e Maliana, vendo-se a FRETILIN forçada a recuar.

A UDT e a APODETI estavam, segundo a FRETILIN, a ser apoiadas pelas tropas indonésias que utilizavam a Força Aérea e a Armada no conflito.

A Indonésia treinava entretanto refugiados de Timor Leste, os quais depois eram enviados novamente para para a parte oriental da ilha, através da fronteira, para combaterem a FRETILIN.

Para evitar a continuação deste conflito a FRETILIN num telegrama enviado a Adam Malik em 16 de Setembro propunha a constituição de uma força de paz conjunta da FRETILIN e Indonésia para patrulhar a fronteira. A proposta foi recusada.

O governo português que ia sendo posto ao corrente da situação não desenvolveu qualquer acção para evitar a invasão indonésia.

A FRETILIN por várias vezes garantiu à Indonésia e à Austrália que nã contribuiria para a destabilização da área. Neste sentido, propôs em 16 de Setembro a realização de uma conferência com a Austrália, Indonésia e Portugal para clarificar a situação.

Propôs ainda, que após a independência Timor Leste fosse aceite como membro da ASEAN, como garantia de estabilidade na área.

No entanto, apesar de tudo isto, a Indonésia ignorou pura e simplesmente estas propostas, pois embora soubesse que a FRETILIN cumpriria os seus compromissos, o que é facto é que o exemplo que Timor Leste poderia ser para o povo indonésio, oprimido e explorado, um incentivo à luta.

A ACTUAÇÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS DE 22 DE AGOSTO A NOVEMBRO DE 1975

Em 22 de Agosto uma missão especial encabeçada por Almeida Santos partiu para Timor, Indonésia e Austrália.

Em Jakarta foi proposto a criação de uma força multinacional de paz a enviar para Timor. A Indonésia aceitou, mas propôs enviar imediatamente as suas tropas, o que foi recusado pela delegação portuguesa na base de que seria mais correcto que a chegada dos militares que constituiriam esta força de paz (portugueses, indonésios, malaios e australianos) fosse simultânea.

No seu regresso a Lisboa, Almeida Santos propôs a realização de um encontro em Macau entre os três partidos políticos, a 20 de Setembro. Isto não veio a suceder devido à crise governamental em Portugal.

Perante a grande dificuldade de reunir os três partidos, a Comissão de Descolonização reunida em Lisboa a 23 de Setembro, emitiu um comunicado reafirmando que nunca aceitaria negociar apenas com uma das forças políticas.

De 1 a 3 de Novembro 75 os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia encontram-se em Roma para discutir a situação de Timor. No fim deste encontro emitiram um comunicado conjunto afirmando que: a fundamental responsabilidade pela descolonização de Timor cabe a Portugal, o qual é soberano no território. Concordaram também na necessidade de no mais breve espaço de tempo se reunirem os três partidos políticos de forma a encontrar uma solução pacífica para a crise.

Após este encontro a Comissão Nacional de Descolonização enviou telegramas aos presidentes da FRETILIN, UDT e APODETI propondo conversações, as quais se deveriam realizar na Austrália entre 15 e 20 de Novembro.

De acordo com um comunicado da Comissão Nacional de Descolonização de 29 de Novembro 75, os três partidos aceitaram, embora com algumas reservas, a realização da conferênbia. Algumas dificuldades surgiram mais tarde da parte da UDT e da APODETI quanto à escolha da data e local, acabando por nunca se realizar.

28 DE NOVEMBRO - DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DA REPUBLICA DEMOCRATICA DE TIMOR-LESTE

A partir de Setembro o governo português demitiu-se de qualquer acção que visasse a defesa do povo de Timor e que tentasse neutralizar a acção criminosa da Indonésia.

Tendo em conta que quem na realidade tomou as rédeas do governo a partir desta data foi a FRETILIN, que foi capaz de mobilizar o povo para a luta de resistência contra a agressão estrangeira, o Comité Central da FRETILIN declarou em 28 de Novembro 75 a independência de Timor Leste e a criação de um novo estado - a REPÚBLICA DEMOCRATICA DE TIMOR LESTE.

Em 1 de Dezembro 75 Xavier do Amaral apresentou ao povo de Timor o primeiro governo democratico.

Após a declaração da independência pela FRETILIN, a UDT e a APODETI proclamaram a integração de Timor Leste na Indonésia. O governo português rejeita ambas as proclamações e faz saber que é Portugal quem tem a soberania sobre o território e condena a intervenção militar em Timor.

Por seu lado, a Indonésia declara a 4 de Dezembro 75 que continua a respeitar os direitos e obrigações de Portugal como única autoridade no território, lamentando a acção da FRETILIN e manifestando compreensão pela atitude dos outros partidos ao declararem a integração na Indonésia.

A 1 de Dezembro Malik garante aos dirigentes dos partidos pró-indonésios todo o apoio que precisarem para combater a FRETILIN.

Por outro lado, o governo australiano anuncia em 29 de Novembro, não reconhecer a declaração unilateral da independência.

Nas últimas semanas de 75 a força aérea e a armada indonésias bombardeavam a costa norte.

Dando a invasão como inevitável, a FRETILIN começou a mobilização do povo para uma longa luta de resistência.

A comida foi transferida das cidades costeiras para as montanhas. Grande quantidade de armamento foi também para aí transferido.

O êxito destas acções são a prova mais evidente da capacidade de organização e de direcção da FRETILIN, mas também e sobretudo do grande apoio popular de que goza.

A 7 de Dezembro, poucos dias após a proclamação da independência, Dili e Baucau são bombardeadas e arrasadas pelas tropas indonésias.

A invasão começava.

A INVASÃO INDONESIA

Mais uma vez a Historia registou um dos crimes mais bárbaros e crueis contra um povo, cujo único delito consistiu em querer ser livre e independente, depois de 500 anos de exploração colonial.

A justificação desta agressão não foi um conflito entre dois países, mas a agressão de um governo que dispõe de um poder militar mais forte (e que é utilizado para reprimir o seu próprio povo) e tem de assegurar, custe o que custar, a "estabilidade" da região.

Alguns governos condenaram a agressão contra a R.D.T.L., outros apenas a lamentaram, outros nêm sequer se dignaram fazer um comentário. O motivo desta atitude: o receio de arriscarem as boas relações com a Indonésia, o que significaria a perda dos seus interesses económicos e políticos naquela área.

O FRACASSO DA POLITICA DE AGRESSÃO

Nos meses de Julho e Agosto 76 os indonésios reforçaram a sua agressão contra a República Democrática de Timor Leste, na esperança de poderem alcançar algumas vitórias até 17.8.76, data anunciada oficialmente para a anexação de Timor, ou até ao começo das chuvas.

Mas apesar de tudo, os resultados foram fracos. Os ocupantes indonésios

controlam apenas algumas regiões como Dili, Baucau, e as aldeias próximas da fronteira com Timor ocidental, Deslocar-se para fora destas zonas, só de helicoptero. Por todo o lado se luta, e as tropas indonésias têm suportado numerosas baixas.

Por isso vingam-se nas populações civis que se encontram em seu poder, e que foram lançadas em campos de concentração, por meio de execuções, massacres e violações.

O efectivo militar indonésio estacionado em Timor é superior a 32.000 homens, não contando com os 10.000 que se encontram em Timor ocidental. Calcula-se que 1/6 das forças armadas indonésias participa na ocupação de Timor-Leste.

Mas cada vez mais frequentemente as tropas se recusam a obedecer às ordens dos oficiais, que os obrigam a fazer patrulhas ou "raids" em helicópteros. Segundo fontes seguras, provenientes de Jakarta, mais de 100 membros de uma unidade especial da marinha indonésia devem já ter-se entregue à FRETILIN.

A moral das tropas é tão baixa, que têm até dificuldade em assegurar o abastecimento dos géneros de primeira necessidade. E quando tentam abordar os camponeses directamente, encontram uma forte resistência organizada.

A RESISTÊNCIA DO POVO TIMOR

A FRETILIN considera como sua tarefa principal levar para a frente e incentivar a discussão sobre os problemas sociais presentes e futuros, em todos os domínios.

Assim, realizou-se entre 15 de Maio e 2 de Junho 76, nas regiões controladas pela FRETILIN, a Segunda Conferência Plenária do Comité Central da FRETILIN. Aí se constatou que seis meses após a agressão da Indonésia, a resistência do povo permanece, apesar da escalada das operações militares dos invasores.

As discussões sobre a linha politico-militar que o povo timor seguiu na sua luta contra o imperialismo, o colonialismo e todas as formas de exploração, ocuparam um espaço bastante importante. Definiram-se tarefas práticas, e foram fixadas as atitudes dos membros do Comité Central em todos os planos.

Algumas divisões da FRETILIN e cargos governamentais foram remodelados pouco tempo depois desta conferência, e outras estruturas de base foram modificadas, para melhor se adaptarem à situação da luta armada.

Nas zonas libertadas o povo continua a organizar-se, tentando desenvolver as cooperativas de produção, e não abandonar as campanhas de alfabetização iniciadas, pois a consciencialização política é o motor da mobilização popular.

O material de guerra utilizado pela FRETILIN é muito variado: armas tradicionais do povo (setas, arcos, lanças, etc.), armas modernas do arsenal do exército colonial e armas apreendidas ao exército indonésio.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Hoje a luta do povo de Timor Leste ganha uma nova dimensão e um outro significado. A luta de resistência contra as tropas indonésias insere-se numa luta mais vasta: a luta dos povos oprimidos de todo o mundo, inclusivé do povo indonésio.

Algumas agências internacionais têm procurado fazer um boicote sistemático a todas as informações provenientes da FRETILIN sobre a situação actual na República Democratica de Timor Leste, mas mesmo assim o povo timor conta com a solidariedade de todos os povos oprimidos e explorados e dos [illegible] os governos progressistas.